

O apagão de mão de obra no Brasil

Noêmia Lazzareschi*

Resumo

Este artigo é um relato de minha experiência profissional em cursos profissionalizantes para os beneficiários do Bolsa Família e desempregados cadastrados no SINE – Serviço Nacional de Emprego – e objetiva chamar a atenção dos estudantes de Ciências Sociais para a situação da educação no Brasil. É, portanto, mais um dentre centenas e centenas de textos-denúncia da negligência das autoridades em relação ao exercício de um direito do cidadão que, como se sabe, é garantidor do exercício dos demais.

Palavras-chave: crescimento econômico; desemprego; empregabilidade; cursos profissionalizantes.

Abstract

This article is a report of my professional experience in professionalizing courses for the beneficiaries of the Program Bolsa-Família and unemployed registered in cadastre in the SINE – National Service of Job – and objective to call the attention the students of Social Sciences for the situation of the education in Brazil. It is, therefore, plus one among hundreds and hundreds of text-denunciation about the negligence of authorities in relation to the exercise of a right of the citizen who, how we know, is warranting of the exercise of the others.

Keywords: economic growth; unemployment; employment; professionalizing courses.

Estudos acadêmicos, análises estatísticas comparadas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, reportagens jornalísticas, congressos, simpósios, conferências, palestras, etc., etc. não denunciaram com tanta veemência a negligência, a incúria, o desleixo, a irresponsabilidade e a desonestidade com a qualidade da educação no Brasil – do ensino fundamental ao superior – quanto o crescimento econômico dos últimos anos.

* Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP. E-mail: acyr.noemia@terra.com.br

Com efeito, a elevação dos índices de emprego formal, a abertura continuada de vagas no mercado formal de trabalho em todos os setores da economia, as projeções de aumento do Produto Interno Bruto neste e nos próximos anos desmascararam definitivamente a situação educacional do país e, parece, estão permitindo chamar a atenção das autoridades e da população em geral para um dos problemas mais sérios e de resolução impossível no curto prazo: o “apagão de mão de obra”, que poderá reduzir e mesmo retardar o desenvolvimento socioeconômico vislumbrado pela perspectiva de demanda crescente de nossas *commodities* que alimentam a economia mundial, sobretudo a economia dos países emergentes, como a China. E o apagão de mão de obra, todos sabem, não advém da falta de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho, mas da falta de empregabilidade de sua grande maioria. Apesar da significativa elevação dos índices de emprego formal, especialmente neste ano de 2010, o desemprego ainda atinge 7% da população economicamente ativa, segundo dados do IBGE de julho p.p., ou seja, milhões de trabalhadores brasileiros continuam desempregados, sem contar o número expressivo daqueles cujas atividades remuneradas se realizam na economia subterrânea ou informal.

O conceito de empregabilidade – capacidade profissional para candidatar-se a um emprego ou para se manter no emprego - tem sido muito criticado pela maioria dos estudiosos do mundo do trabalho por desconsiderar a reestruturação produtiva como um dos principais fatores da redução dos postos de trabalho e, portanto, pela elevação dos índices de desemprego nas últimas décadas do século XX e, assim, sugerir a responsabilização dos trabalhadores desempregados por sua própria situação, mesmo em contextos desfavoráveis para o crescimento econômico e, portanto, para a geração de empregos.

Mas, a falta de capacidade profissional para se candidatar a um emprego ou para se manter no emprego não se deve apenas à reestruturação do processo de trabalho com suas exigências de aquisição de novas e complexas competências profissionais no Brasil de hoje. É verdade que alguns setores da economia nacional modernizaram-se tecnológica e organizacionalmente e passaram a exigir trabalhadores com um perfil completamente diferente daquele que predominou ao longo do século passado. No entanto, a grande demanda por trabalhadores no Brasil de hoje advém de setores tradicionais, com pouca ou nenhuma tecnologia

moderna sofisticada e que exigem apenas alfabetização completa, no máximo ensino médio, como os postos de trabalho subalternos do setor de serviços ou da construção civil e do setor ceramista, por exemplo.

E os trabalhadores brasileiros, mesmo aqueles privilegiados com diploma universitário, não conseguem responder prontamente às exigências do mercado de trabalho. Apenas um quarto dos diplomados em engenharia, por exemplo, é considerado apto para o trabalho; a grande maioria obriga-se a se submeter a cursos de especialização oferecidos pelas próprias empresas contratantes que se ressentem da formação deficiente nesta área do saber e do produzir. E muitas empresas, como a Vale do Rio Doce, têm contratado trabalhadores estrangeiros, engenheiros e geólogos, vindos dos países europeus em crise e mesmo dos Estados Unidos. E, no entanto, era de se prever a necessária e competente formação no setor da mineração de nossos estudantes de engenharia e de geologia dada a riqueza de nosso solo e sub-solo. E não só em mineração, é claro. Hoje faltam engenheiros competentes em todas as áreas, até mesmo na construção civil e, sobretudo, na construção civil pesada, isto é, na construção da infraestrutura do país: portos, aeroportos, ferrovias. E os programas de exploração de petróleo, em especial a exploração do pré-sal, deverão enfrentar o problema do “apagão de mão de obra.”

Exemplos ainda mais significativos são a reprovação há anos de mais de 80% dos formados em Direito no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (em 2010, foram aprovados apenas 9.992 dos 95.764 inscritos, isto é, apenas 10.43% do total) e a reprovação, em 2008, de 61% dos formados em Medicina que se submeteram ao exame de avaliação do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp).

Este artigo, porém, volta-se primordialmente para o apagão de mão de obra em áreas menos sofisticadas e para a ocupação de postos de trabalho nos níveis inferiores da hierarquia das empresas, ao mesmo tempo que se refere a uma das iniciativas governamentais¹ para amenizar o problema e garantir a continuidade do processo de crescimento econômico do país, garantindo, ao mesmo tempo, emprego e renda para milhões de brasileiros que subsistem graças aos programas sociais do Governo Federal e de

¹ Lembro que são várias as iniciativas governamentais – em todas as instâncias do poder – para preparar trabalhadores para o trabalho, como as incubadoras tecnológicas financiadas pelas Universidades Estaduais e Federais, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Empresa –, o SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária – as escolas técnicas, as faculdades de tecnologia – FATECs –, os CEFETS (Centro Federal de Educação Tecnológica), etc., etc., além dos incentivos financeiros para a abertura de micros e pequenas empresas.

alguns estados da Federação. E, indubitavelmente, emprego e renda são os caminhos disponíveis e eficazes para a redução da desigualdade social, a distribuição mais igualitária da renda nacional, a efetivação dos direitos de cidadania. Os dados publicados no primeiro relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a América Latina e Caribe informam que o Brasil tem o terceiro pior índice de desigualdade no mundo e, apesar do aumento dos gastos sociais nos últimos dez anos, apresenta baixa mobilidade social e educacional entre gerações, pois uma geração repete 55% do nível educacional da geração anterior e 58% de uma geração mantém o mesmo nível de desigualdade social de seus antecedentes. O crescimento econômico previsto para os próximos anos nos permite vislumbrar uma mudança nesse cenário se – somente se – algumas providências na educação forem tomadas.

Quero aqui relatar a minha experiência profissional com trabalhadores da construção civil, da construção civil pesada, do turismo, dos postos de gasolina, do setor ceramista, dos condutores de veículos urbanos, dos motoboys, etc., etc. que, como se sabe, são trabalhadores pouco qualificados, deles exigindo-se apenas a alfabetização e algumas habilidades manuais. E o número de postos de trabalho nesses setores tende a se multiplicar várias vezes graças à fase favorável vivida pela economia nacional e graças aos programas sociais governamentais, como o “Minha Casa, Minha Vida”, o “Programa de Aceleração do Crescimento”, as obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 que geram e deverão gerar milhares e milhares de empregos, sobretudo na construção civil, com reflexos nos demais setores da atividade econômica.

Como assessora de uma organização nacional especializada em cursos profissionalizantes e de prevenção de acidentes, em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, tenho elaborado projetos de qualificação profissional para os beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal e para os desempregados cadastrados no SINE – Serviço Nacional de Emprego – cuja característica comum é a inabilidade para assumir qualquer posto de trabalho. São projetos elaborados a partir da demanda oficialmente apresentada ao Ministério do Trabalho e Emprego pelos sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais dos mais diferentes setores da economia que se defrontam com o analfabetismo funcional dos candidatos a um emprego, o que reduz consideravelmente as possibilidades de preenchimento das vagas de

trabalho existentes e afeta o crescimento e a qualidade da produção e da prestação de serviços. Acompanho a execução de todos os projetos e sou também responsável pela elaboração de relatórios sobre o andamento dos trabalhos para aquele Ministério.

O recrutamento dos alunos se dá em suas próprias residências, nas periferias dos diferentes municípios, a partir das informações fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome e é uma das etapas mais difíceis de nosso trabalho. Nossas monitoras e coordenadoras precisam convencer – e isso pode demorar horas e mesmo dias – os beneficiários do Bolsa Família de que a inscrição em qualquer um dos cursos oferecidos não significa a perda do benefício até que estejam formalmente empregados. E é preciso enfatizar que a busca por emprego dos alunos formados é de nossa responsabilidade, em convênio com as confederações de empresários e sindicatos solicitantes dos cursos. Se contratados, continuarão a frequentar os cursos de treinamento oferecidos pelas empresas, apesar do diploma que lhes foi outorgado. Muitos formados recusaram o emprego oferecido e continuam a receber o benefício do Governo Federal, numa clara demonstração de que o assistencialismo prolongado pode afetar negativamente o caráter dos assistidos, retardando, e até mesmo impedindo, a sua emancipação.

Surpreendente e, ao mesmo tempo, lamentável é o fato de que todos os nossos alunos têm ensino fundamental completo e a grande maioria tem ensino médio completo, embora todos – sem exceção – sejam incapazes de compreender de imediato uma simples informação por escrito, de redigir uma só frase corretamente e, sobretudo, de fazer operações aritméticas muito simples. Por isso, todos os cursos oferecem aulas de matemática – na verdade, aritmética – e de português, além de aulas de um conjunto de conteúdos denominados “cidadania” que incluem desde noções sobre os direitos dos cidadãos, especialmente direitos trabalhistas, até noções de higiene pessoal. Aulas dispensáveis se os nossos alunos tivessem tido educação fundamental de qualidade.

Compreende-se, portanto, o fracasso do Programa Primeiro Emprego, lançado em 2003, e uma das principais bandeiras da campanha eleitoral do Presidente Lula, que previa criar 260.000 vagas/ano para jovens, mas só conseguiu criar 15.000 em quatro anos. Com média de sete anos de escolaridade, escolaridade marcada pelo analfabetismo funcional da grande maioria dos alunos, a força de trabalho brasileira tem o mais

baixo grau de escolaridade do mundo industrializado, se comparada com a força de trabalho do leste europeu – 11 anos – e dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, onde a média é de 13 a 14 anos de estudo. Ante o despreparo do jovem, prefere-se a contratação de trabalhadores mais velhos, cuja experiência em diferentes ocupações compensa a baixa escolaridade de baixa qualidade. Por isso, o desemprego dos jovens corresponde a 16% da PEA, muito embora tenha havido uma diminuição de 425 mil jovens de 18 a 24 anos ocupados ou em busca de ocupação nos últimos seis anos, segundo dados do IBGE, cuja última pesquisa revela que se quantidade semelhante de jovens estivesse no mercado, a taxa de desemprego metropolitano poderia ficar próxima de 10%.

Todas as ocupações requerem compreensão do conteúdo das informações orais e escritas, o que significa saber ler corretamente, isto é, compreender aquilo que se lê e conseguir reproduzir corretamente as informações orais. Nossos alunos não conseguem, como não conseguem fazer operações aritméticas. Para trabalhar na construção civil, por exemplo, é preciso saber fazê-las, seja para medir o terreno, calcular o número de caixas de azulejos necessárias para o revestimento de pisos e paredes, calcular a quantidade de cimento necessária, seja para calcular a quantidade de fios elétricos e de material para encanamento, etc., etc. Formamos, ao longo de 2009 e no primeiro semestre de 2010, um total de 7.000 trabalhadores entre pedreiros, azulejistas, eletricitas, encanadores, mestres de obras, pintores, gesseiros, enfim os trabalhadores braçais da construção civil, após três meses de aulas teóricas e práticas diárias, nas quais nossos professores se depararam com as enormes dificuldades cognitivas de nossos alunos, razão pela qual as aulas práticas tiveram maior duração para que se aprendesse fazendo.

Nossos cursos da área de turismo formam padeiros/confeiteiros, ajudantes de cozinha, barmem/bartenders, capitães/porteiros, camareiras, cujas ocupações também requerem operações aritméticas simples e saber ler corretamente as receitas da culinária, além de compreender as eventuais comunicações por escrito e os pedidos de hóspedes e clientes de hotéis, bares e restaurantes.

As dificuldades dos alunos de todos os nossos cursos são as mesmas e são o resultado do analfabetismo funcional, embora todos sejam oficialmente alfabetizados e diplomados. A falta de empregabilidade nesses casos é de responsabilidade da educação oficial e nada tem a

ver com a reestruturação produtiva ou a modernização tecnológica e organizacional desses setores da economia. E não se pode exigir das empresas que alfabetizem os seus trabalhadores, embora muitas delas o façam. Obrigação das empresas é oferecer a formação específica necessária, sobretudo quando se trata de formação para trabalhar com tecnologias modernas e sofisticadas. Obrigação governamental é oferecer educação fundamental de qualidade – direito do cidadão que garante ao trabalhador o exercício de seu direito ao trabalho e dos demais direitos, como, por exemplo, o de expressão para o exercício de seus direitos políticos.

A má qualidade da educação fundamental no Brasil sangra os cofres públicos em milhões e milhões de reais para a qualificação de trabalhadores que, se devidamente alfabetizados, poderiam estar aptos para o trabalho nas áreas acima indicadas com um simples e rápido treinamento nas próprias empresas contratantes. Mas são trabalhadores que desconhecem até mesmo os documentos necessários para encontrar um emprego (a grande maioria não tem carteira de trabalho); não sabem fazer um *curriculum vitae* e não sabem como proceder numa entrevista. Isso não deveria ser aprendido na escola? O que se aprende na escola???

Iniciativas pioneiras e muito meritórias dos governos de Fernando Henrique Cardoso permitiram a redução de crianças e adolescentes fora das escolas, mas não asseguraram a qualidade da educação. Sistemas de avaliação da qualidade da educação em todos os níveis – fundamental, médio e superior – também foram introduzidos naqueles governos, mas até agora seus resultados são pífios: apontam as melhores escolas, aquelas cujos alunos obtiveram as notas mais altas nos exames de avaliação, e prometem providências contra aquelas situadas nos últimos lugares da escala, sem que se saiba muito bem quais os critérios da avaliação e sem que sejam tomadas providências para uma verdadeira revolução na educação escolarizada brasileira.

Nesses dois governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram adotadas as mesmas iniciativas dos governos anteriores e o resultado é o mesmo: nossas escolas não preparam devidamente nem o cidadão e nem o trabalhador, com raríssimas exceções. Confirmam essa afirmação os dados do último Censo Escolar do Ministério da Educação: dos 448 mil professores do ensino médio da rede pública, apenas 22% têm formação superior nas áreas de Matemática, Física e Química, as chamadas

“ciências duras”. Com esses números, como garantir a continuidade do crescimento econômico e do desenvolvimento social e ingressar decisivamente na sociedade do conhecimento?

Daí a necessidade das políticas públicas compensatórias: a compensação por não receber educação fundamental e para o trabalho, educação que deveria estar pautada nos padrões de excelência – DEVER DO ESTADO E DIREITO DO CIDADÃO - é receber o subsídio do Programa Bolsa Família e/ou da Renda Cidadã. Até quando???!!!